

## CAPÍTULO IX

# REVISÃO SISTEMÁTICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O TRABALHO

**Aline da Silva Alves**

**Maria de Fátima Moreira Martins**

**Renata da Silva de Faria**

### **As (a)diversidades do Direito ao Trabalho da Pessoa com Deficiência**

Pode se dizer que os estudos sobre pessoas com deficiência (PcD) e o trabalho inserem-se no campo de investigação sobre a diversidade e a inclusão que, nos últimos anos, vem se caracterizando como um tema relevante não só nas produções científicas, mas na implementação de políticas públicas sociais para garantia e acesso a bens e serviços relacionados aos direitos fundamentais.

A diversidade no contexto da garantia de direitos aponta a importância de dar luz à pluralidade, à diferença, à abundância de coisas distintas e até mesmo às divergências. Tanto nas produ-

ções científicas, quanto nos textos jurídicos, o tema da diversidade inaugura a necessidade de superar uma perspectiva considerada restrita, que é marcada apenas pela diferenciação e reconhecimento das diversas expressões raciais, de etnias, gêneros, classes, entre outras especificidades para uma perspectiva ampliada, em que incluem todos, independentemente dos aspectos que diferenciam indivíduos e grupos.

É importante observar que ainda que se tenha avançado nos estudos sobre a diversidade, sua natureza está fundamentada em práticas que historicamente ganharam contornos em função da pressão de organismos internacionais e movimentos sociais com base em ações afirmativas direcionadas para grupos marginalizados, consequentemente discriminados, o que explica, de certo modo a razão das discussões sobre as PcD invariavelmente se constituírem a partir da análise dos processos de inclusão e exclusão social.

Do ponto de vista histórico a Convenção sobre os Direitos das PcD é considerada um marco político e jurídico importante na garantia dos seus direitos. Dessa Convenção foi elaborado e acordado, entre os países das Nações Unidas, um tratado internacional para referendar esses direitos. Adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006, e ratificada pelo Brasil em 2007, a Convenção assume status constitucional em 2008, o que pressupõe a necessidade de revisão, adequação e criação de políticas sociais brasileiras, bem como das perspectivas científicas e produção do conhecimento.

Ressalvamos que as entidades ligadas aos direitos das pessoas com deficiência acreditam que para o Brasil, a ratificação do tratado significa avanços na implementação de leis no país. Dentre os marcos normativos brasileiros subsequentes à Convenção, destacam-se o Plano Viver sem Limites de 2011 e a Lei nº 13.146, de

6 de julho de 2015, conhecida como Estatuto da PcD, que dispõe sobre a inclusão da Pessoa com Deficiência. A normativa aponta a necessidade de elaboração de instrumento específico para identificação das PcD pautado num modelo unificado de referência (BRASIL, 2015). Nesse âmbito, o instrumento que tem servido como base para a identificação e avaliação das PcD no Brasil é o Índice de Funcionalidade Brasileiro (IFBr). Embora, o IFBr tente estabelecer critérios de avaliação e identificação unificados das PcD, previstos tanto na Convenção, quanto no Estatuto da PcD, e já tenha passado por alguns processos de validação e adaptação, como na política de previdência social, o instrumento não consegue estabelecer consenso sobre o conceito de deficiência, tampouco no que se refere à complexidade das discussões da sua relação com o trabalho.

O Brasil tem uma população estimada em mais de 207 milhões de habitantes, dos quais 45 milhões tem algum tipo de deficiência, o que representa 24% da população. Segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) 2015, divulgada no final do ano subsequente pelo Ministério do Trabalho, em média, 403 mil pessoas com deficiência atuam formalmente no mercado de trabalho, correspondendo a um percentual de 0,84% total dos vínculos empregatícios, embora haja mais de 827 mil vagas abertas e 9,3 milhões de PcD que se encaixam na Lei de Cotas.

Dentre as principais justificativas para o não cumprimento da Lei de Cotas estão o alto custo para adaptar o ambiente de trabalho e a falta de qualificação profissional. Desse modo, o objetivo geral da presente revisão foi analisar a produção científica de artigos sobre a inclusão da PcD no trabalho, indexada em bases de dados nacionais e internacionais, de modo a construir um panorama brasileiro sobre as principais tendências, linhas, modelos, e abordagens teóricas aos quais

estão relacionados e/ou referenciados, bem como a identificação dos desafios e de uma rede de produção de conhecimento acerca desta temática.

## **A Sistemática da Revisão**

Um dos aspectos essenciais para se desenvolver uma pesquisa científica, e construir o conhecimento sobre um determinado contexto, é por meio da revisão da literatura. Desse modo, a revisão constitui a base de referência para a definição do problema de pesquisa, da metodologia a ser utilizada, bem como é fundamental para a análise dos resultados da pesquisa.

Esta investigação foi realizada em duas grandes etapas: (i) busca sistemática e (ii) análise sistemática da literatura. A etapa de busca sistemática da literatura foi desenvolvida a partir da aplicação de procedimentos e técnicas oriundos da bibliometria. A bibliometria é uma técnica que aplica métricas quantitativas por meio das quais é possível medir a produção científica, o perfil e a disseminação das pesquisas em um determinado campo de conhecimento (ARAÚJO, 2006). A etapa de análise sistemática da literatura foi desenvolvida a partir da utilização de procedimentos metodológicos baseados na revisão sistemática de literatura (RSL).

Nesse contexto, as técnicas bibliométricas e de análise sistemática foram empregadas porque constituem-se em um método planejado que permite coletar, selecionar e analisar as publicações sobre o tema, tanto no âmbito nacional como internacional e que contribuiriam para sistematizar a apresentação dos resultados encontrados com base na questão: como o tema da inclusão da PcD no trabalho vem se constituindo enquanto um campo de produção de conhecimento?

A data de início da pesquisa tem como marco inicial a Convenção da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiências, realizada, em 2006, em Nova York. As buscas foram realizadas de forma a abranger todas as publicações indexadas dos periódicos nacionais e internacionais a partir de 2006, e, considerando todos os trabalhos publicados até o momento da busca (abril/2017).

De modo semelhante a outros estudos bibliométricos sobre a produção científica, optou-se pelas seguintes bases de dados: Medline, Scopus e Lilacs. Buscou-se com a triangulação das bases de dados alcançar um número significativo de publicações a serem analisadas. As buscas foram realizadas utilizando-se as expressões de busca representadas no Quadro 1.

**QUADRO 1 - Expressão de busca nas bases de dados**

BASE DE DADOS	EXPRESSÃO DE BUSCA
MEDLINE	<p>(((((inclusion[Title/Abstract] OR equality[Title/Abstract] OR inequity[Title/Abstract] OR insertion[Title/Abstract] OR integration[Title/Abstract] OR readaptation[Title/Abstract] OR reintegration[Title/Abstract] OR exclusion[Title/Abstract] OR discrimination[Title/Abstract] OR opportunit*[Title/Abstract] OR accessibility[Title/Abstract] OR right*[Title/Abstract]))) AND (working[Title/Abstract] OR work[Title/Abstract] OR worker*[Title/Abstract] OR labor[Title/Abstract] OR job[Title/Abstract] OR employment[Title/Abstract] OR occupational[Title/Abstract] OR employment[Title/Abstract])) AND (deficiency[Title/Abstract] OR disability[Title/Abstract] OR disabilities[Title/Abstract] OR disabled[Title/Abstract]))) AND ((brasil* OR brazil*)) AND (“2006/01/01”[PDat] : “2016/12/31”[PDat]))</p>

SCOPUS	( ABS ( inclusion OR equality OR inequity OR insertion OR integration OR readaptation OR reintegration OR exclusion OR discrimination OR opportunit* OR accessibility OR right* ) AND ABS ( working OR work OR worker* OR labor OR job OR employment OR occupational OR employment ) AND ABS ( deficiency OR disability OR disabilities OR disabled ) AND TITLE-ABS-KEY ( brasil OR brazil ) ) AND DOCTYPE ( ar OR re ) AND PUBYEAR > 2005 AND PUBYEAR < 2017
LILACS	tw:((tw:(inclusao OR igualdade OR equidade OR insercao OR integracao OR readaptacao OR reintegracao OR exclusao OR discriminacao OR oportunidade* OR acessibilidade OR direito)) AND (tw:(emprego OR trabalho OR laborativ* OR ocupacional OR empregabilidade)) AND (ti:(deficien*))) AND (instance:"regional") AND ( year_cluster:(“2008” OR “2012” OR “2009” OR “2015” OR “2010” OR “2011” OR “2013” OR “2014” OR “2006” OR “2007” OR “2016”))) AND (instance:"regional")

Fonte: elaborado pelos autores

Poderíamos acrescentar, ainda, que as palavras-chave utilizadas foram selecionadas a partir da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU), assim, foram suficientemente amplas para não restringir a busca e específicas o suficiente para abordar o tema desejado.

Cada base de dados foi acessada individualmente, aplicando-se a expressão de busca adaptada. Uma vez que não existe padronização nos campos de busca entre as diferentes bases de dados, para todos as bases foi utilizado o campo de busca que corresponde aos índices disponíveis (palavras do título, resumo, texto completo, entre outros). Foram implementados os filtros e dessa forma os artigos foram selecionados, aproximando o seu conteúdo ao tema em estudo.

A partir dos dados encontrados, pode-se tecer uma comparação entre as três bases de dados em relação ao volume de produção.

**TABELA 1 – Total de publicações encontradas**

BASES DE DADOS	
Medline	59
Scopus	78
Lilacs	175
<b>TOTAL</b>	<b>312</b>

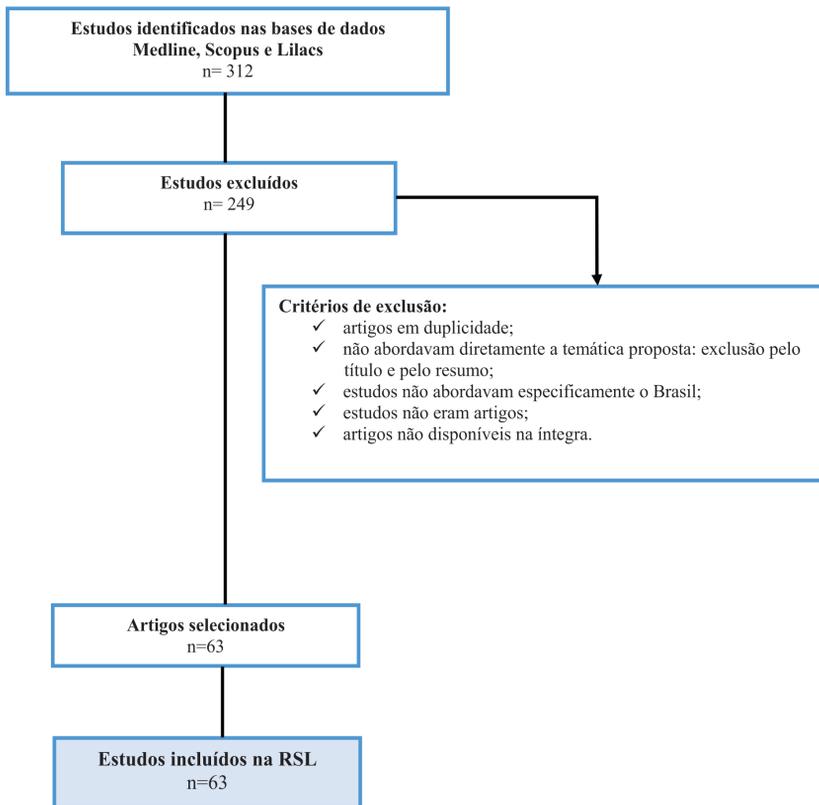
Fonte: Medline, Scopus e Lilacs.

Para selecionar os artigos para análise dos seus textos completos foram estabelecidos os seguintes critérios: 1) Ter relação direta com o tema explicitamente no resumo, título ou palavras-chave; 2) Abordar a temática no âmbito do Brasil; 3) Artigos publicados entre 2006 e abril/2017; 4) Artigos originais ou de revisão; 5) O texto completo do artigo deveria estar disponível para acesso.

Após a busca bibliográfica, procedeu-se à análise do material. Uma vez feita a identificação de todas as publicações, realizou-se uma análise para sua pré-seleção, de acordo com o tema norteador do estudo, e os critérios de inclusão e exclusão previamente definidos.

Entre as 312 publicações, foram descartadas 129 (41%) por serem duplicadas, restando, assim, um total de 183 publicações. Cabe destacar que todas as publicações foram avaliadas pelos títulos, resumos, sendo que 63 foram obtidos e lidos na íntegra (Fluxograma 1).

## FLUXOGRAMA 1 – Número de estudos identificados e selecionados na revisão sistemática



Fonte: Elaborado pelos autores

Ao final dessas etapas de triagem e da leitura dos artigos, seguiu-se então para a última fase: a tabulação e avaliação de suas características, os resultados encontrados estão apresentados e discutidos a partir das métricas estabelecidas para analisar a produção científica, o perfil e a disseminação das pesquisas no contexto da PcD e o Trabalho.

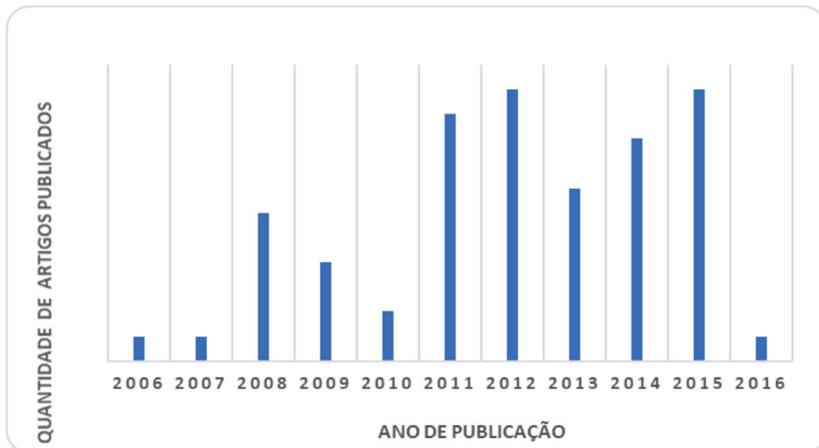
## **Panorama da produção científica sobre pessoa com deficiência e trabalho**

As métricas estabelecidas para elaboração do panorama foram: 1) Quantidades de artigos publicados por ano; 2) Quantidade de autores por artigo publicado; 3) Número de Publicações por Instituição; 4) Áreas do Conhecimento das Publicações; 5) Periódicos que mais têm publicado sobre a temática; 6) Abordagens metodológicas mais utilizadas; 7) Número de artigos por temáticas abordadas.

Com relação ao número de artigos publicados ao longo dos anos, o Gráfico 1 mostra que existe uma grande oscilação em termos numéricos de artigos publicados. Em 2006 e 2007 teve apenas 1 por ano, por outro lado, no ano seguinte teve um crescente para 6. Em 2009 houve uma queda para 4 artigos e em 2010 reduziu para 2. No ano de 2011, período subsequente à proposição do Plano Nacional dos Direitos da PcD – Viver sem Limite, ocorreu um aumento significativo no número de artigos publicados que passou para 10 e no ano subsequente, em 2012, a quantidade publicada aumentou para 12 artigos. Em 2013 houve uma nova queda passando para 7. A partir de 2014 volta a subir para 9, em 2015 são publicados 11 e no último ano a quantidade publicada foi de 1 artigo.

Essa oscilação pode ter relação com as políticas indutoras de inclusão da PcD no Brasil, embora essa análise isolada não seja capaz de estabelecer uma relação direta entre eles.

## Gráfico 1 – Quantidade de artigos por ano



Fonte: Medline, Scopus e Lilacs.

Ao observar a quantidade de autores que assinam os artigos publicados, conforme Tabela 1, nota-se predominância de artigos produzidos por mais de um autor. Do total de artigos analisados, 25 (40%) foram produzidos por dois autores e 19 (30%) por três. Apenas 7 (11%) deles são estudos individuais, assinados por um único autor. Em síntese, 89% dos artigos publicados no período analisado foram elaborados por mais de um autor.

**Tabela 1: Quantidade de autores por artigo publicado**

Quantidade de Autores	Total de Artigos	Frequência relativa
Com 1 autor	7	11%
Com 2 autores	25	40%
Com 3 autores	19	30%
Com 4 autores	7	11%
Com 5 autores	3	5%
Com mais de 5 autores	2	3%
<b>TOTAL</b>	<b>63</b>	<b>100%</b>

Fonte: Medline, Scopus e Lilacs

No que diz respeito ao número de publicações por Instituição, a Universidade Federal de São João Del Rei foi a Instituição com maior número de artigos científicos publicados, representando 38, ou seja, 30% do total de autores, uma quantidade bastante expressiva comparada à segunda que mais produz sobre a temática, a Universidade de São Paulo com 14 (11%), seguida da Universidade de São Carlos com 10 (8%), considerando-se o conjunto formado pelas somatórias institucionais descritas (Gráfico 2).

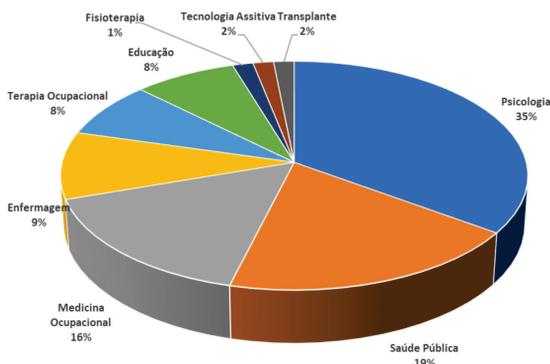
**Gráfico 2 – Número de Publicações por Instituição**



Fonte: Dados extraídos da descrição de vinculação acadêmica dos autores.

Outro importante aspecto a se observar são as áreas do conhecimento das publicações (Gráfico 3). Destacaram-se Psicologia (35%), Saúde Pública (19%) e Medicina Ocupacional (16%), com 22, 12 e 10 publicações respectivamente. Seguidas das áreas de Enfermagem (9%), Terapia Ocupacional e Educação (8%), Tecnologia Assistiva e Transplante (2%) e Fisioterapia (1%).

**Gráfico 3 – Áreas do Conhecimento das Publicações**



Fonte: Medline, Scopus e Lilacs.

Numa análise mais aprofundada sobre os títulos de periódicos que mais têm publicado sobre a temática, verifica-se que há um destaque para o periódico *Work (Reading, Mass.)*, que concentra 15% das publicações totais. Na sequência, os outros 10 periódicos que mais tem produção sobre a temática são: *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, *Ciência & Saúde Coletiva SP*, *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, *Psicologia: Ciência e Profissão*, *Revista Brasileira de Educação Especial*, *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, *Interação em Psicologia*, *O Mundo da saúde (Impr.)*, *Psicologia: Teoria e Prática*, *Revista de Terapia Ocupacional da USP* – que representam 58% do total de publicações. Esta evidência denota uma concentração de artigos em menos de 1/3 dos periódicos encontrados (Tabela 2).

**Tabela 2 - Periódicos que mais têm publicado sobre a temática**

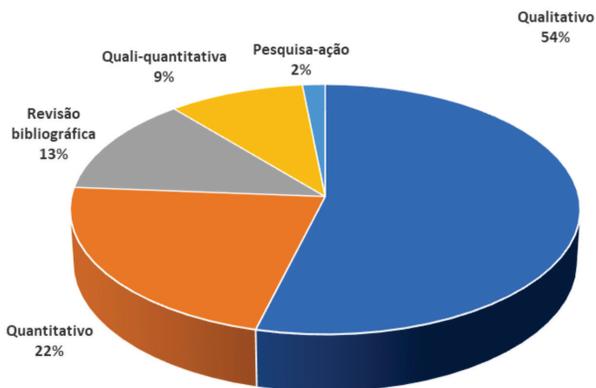
Periódicos que mais publicam	Quantidade de artigos
Work (Reading, Mass.) SP	9
Pesquisas e Práticas Psicossociais	5
Ciência & Saúde Coletiva SP	4
Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia	3
Psicologia: Ciência e Profissão	3
Revista Brasileira de Educação Especial	3
Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar	2
Interação em Psicologia	2
O Mundo da saúde (Impr.)	2
Psicologia: Teoria e Prática	2
Revista de Terapia Ocupacional da USP	2
Acta Paulista de Enfermagem	1
Assistive technology: the official journal of RESNA	1
Avances en Enfermería	1
Boletim Epidemiológico Paulista - BEPA	1
Cadernos CEDES	1
Cadernos de Psicologia Social do Trabalho PSI	1
Estudos e Pesquisas em Psicologia (Impr.) PSI	1
Estudos de Psicologia (Natal)	1
Fisioterapia em Movimento	1
Occupational Therapy International	1
Psico (Porto Alegre)	1
Psico-USF	1
Psicologia em Pesquisa	1
Psicologia & Sociedade (Online)	1
Revista Brasileira de Enfermagem	1
Revista Brasileira de Estudos de População	1
Revista Brasileira de Orientação Profissional	1
Revista Brasileira de Saúde Ocupacional	1

Revista Eletrônica de Enfermagem	1
Revista Psicologia Organizações e Trabalho	1
Revista da Escola de Enfermagem da USP	1
Revista Latino-Americana de Enfermagem	1
Revista Panamericana de Salud Pública / Pan American Journal of Public Health	1
Saúde e Sociedade	1
Trabalho, educação e Saúde	1
Transplantation	1

Fonte: Medline, Scopus e Lilacs.

No que se refere às abordagens metodológicas mais utilizadas nos estudos sobre o tema, conforme pode ser observado no Gráfico 4, destaca-se a abordagem qualitativa utilizada em 33 publicações, ou seja, mais da metade das publicações (54%), seguida da abordagem quantitativa, presente em 14 publicações (22%), da revisão bibliográfica com 8 publicações (13%), da abordagem quali-quantitativa em 6 publicações (9%) e da pesquisa-ação em somente uma publicação, representando 2% do total das publicações.

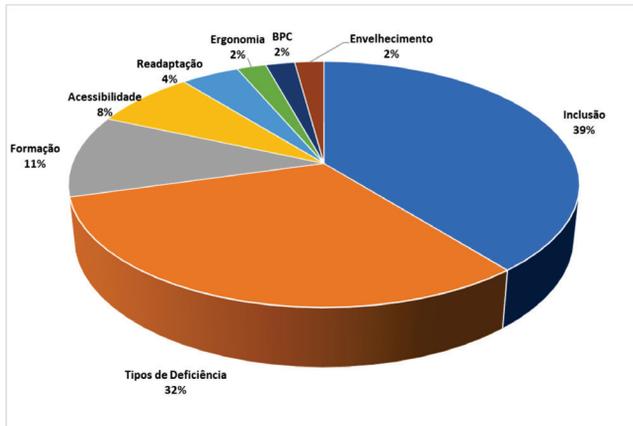
#### Gráfico 4 – Abordagens metodológicas mais utilizadas



Fonte: Dados da pesquisa

Quanto às temáticas, o Gráfico 5 demonstra que as mais recorrentes são: inclusão (36), tipos de deficiência (29), formação (10), acessibilidade (7), readaptação (4), ergonomia (2), BPC/Benefício de Prestação Continuada (2) e envelhecimento (2). A concentração por temáticas abordadas nos indica que há falta de pesquisas com relações às principais problemáticas apontadas na maioria dos artigos, a exemplo da qualificação profissional e do alto custo para adaptação dos ambientes de trabalho e implementação eficiente de medidas de acessibilidade e uso de tecnologias assistivas, que se constituem como fatores fundamentais para uma implementação de ações de inclusão. Cabe observar que a soma das categorias excede o volume de artigos analisados, uma vez, que os artigos foram indexados em uma ou mais categorias temáticas.

**Gráfico 5. Número de artigos por temáticas abordadas**



Fonte: Dados da pesquisa

### **Teoria e prática: uma tessitura necessária para a inclusão de PcD no Trabalho**

As análises sobre a inclusão da PcD no trabalho apresentam diversas perspectivas, destacando-se as questões legais, psicossó-

ciais e educacionais. Sobre estas perspectivas, pode-se observar a predominância de aspectos como: o não cumprimento da Lei de Cotas pelas empresas; os valores organizacionais distorcidos com relação ao conceito de deficiência; o apoio das escolas especiais na preparação desses indivíduos para viver em sociedade, a discriminação que resulta na falta de oportunidades de crescimento profissional e os desafios da falta de acessibilidade nos ambientes públicos e privados (CARVALHO-FREITAS, 2012; VIOLANTE, 2011; ARAÚJO; GOYOS; ESCOBAL, 2006; SILVA, 2012; LEAL, 2013).

Garcia (2014) observa que pessoas com deficiência física ou visual encontram grandes barreiras de mobilidade, o que ocasiona dificuldades para estudar, procurar emprego ou, efetivamente, trabalhar. Assinala que pessoas com deficiência auditiva enfrentam dificuldades específicas, como a falta de acessibilidade comunicacional, devido à ausência de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras), tornando-se um impeditivo para sua inserção profissional e social.

Por sua vez, as perspectivas legais e psicossociais apresentam-se em destaque na maior parte dos estudos. Os resultados desta revisão sistemática evidenciam a importância da inserção da PcD no trabalho para uma efetiva inclusão social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que permita a todos os indivíduos o exercício de seus direitos e deveres de cidadão (SILVA, 2012; ASSUNÇÃO, 2015; LEAL, 2013, LINO, 2008). Cabe destacar que grande parte dos estudos apontam a importância da legislação brasileira como fator de inclusão formal das PcD no trabalho (ZANITELLI, 2013; TOLDRÁ, 2010; YOSHIDA, 2008). No entanto, é notória a ausência de estratégias de sensibilização e informação nas empresas, voltadas para uma efetiva inclusão social

e defesa dos direitos destes profissionais (VIOLANTE, 2011; HAMMES, 2015; TOLDRÁ, 2010).

Nesse ponto, também foi possível identificar que a inclusão da PcD no mercado de trabalho se dá por um temor às consequências do poder coercitivo exercido sobre as empresas e não por uma visão mais abrangente dos efeitos benéficos dessa inclusão, como ganho de toda a sociedade (LEAL, 2013; FRANÇA; PAGLIUCA, 2009; TOLDRÁ, 2010). São identificados poucos estudos sobre empresas inclusivas, ou seja, aquelas que desenvolvem formas efetivas de inclusão, removendo barreiras de acessibilidade e proporcionando a todos os funcionários oportunidades iguais (ÁVILA-VITOR, 2012; HAMMES, 2015). Uma interpretação possível desses resultados é que os valores organizacionais e a percepção sobre deficiência no trabalho refletem o comportamento da sociedade como um todo, assim torna-se necessária uma verdadeira mudança de valores e atitudes da sociedade em geral (FRANÇA, 2009).

Outro importante aspecto a se observar é que alguns estudos apresentam possíveis modelos como estratégias para contratação da PcD ao identificar quais trabalhos poderiam potencialmente ser preenchidos por estas pessoas, estabelecendo assim perfis de PcD para atender determinadas demandas (LINO, 2008; TOLDRÁ, 2010). Outra estratégia comumente identificada é a contratação de PcD que não requer adaptações no ambiente de trabalho, ou seja, opta-se por contratar pessoas com deficiência física parcial, não cadeirantes e com deficiência auditiva leve (COSTA, 2011; TETTE, 2014; ANGONESE, 2015). Da mesma forma que essas estratégias podem auxiliar a inclusão da PcD, também podem se tornar práticas discriminatórias, caso o foco das empresas não seja a inclusão e sim o simples cumprimento da legislação (GARCIA, 2014).

Destaca-se a recorrência de estudos sobre a aplicação de distintos modelos de avaliação, que buscam avaliar as concepções de deficiência e sentimentos dos gestores em relação às PcD e a percepção dos profissionais com deficiência acerca de seus empregadores e demais funcionários. Com relação às avaliações dos gestores, a maioria dos resultados aponta uma percepção positiva das PcD no ambiente de trabalho, ponderando a necessidade de condições de igualdade mediante a melhoria da acessibilidade no ambiente de trabalho (ÁVILA-VITOR, 2012; SIMAS, 2014; CARVALHO-FREITAS, 2012).

Observamos também que com relação aos profissionais com deficiência, grande parte dos estudos apresentam as barreiras atitudinais como um dos maiores desafios enfrentados pelas PcD. Atitudes preconceituosas e discriminatórias reforçam a insatisfação desses indivíduos no ambiente de trabalho e, como exemplo, cita-se a dificuldade de crescimento profissional e os baixos salários (FRANÇA, 2007; CARVALHO-FREITAS; SUZANO; NEPOMUCENO, 2011). Ainda, fatores como as estratégias de contratação de PcD para cumprimento da legislação, sem considerar suas competências técnicas e funcionais e a falta de clareza nas políticas de desenvolvimento da carreira influenciam na insatisfação das PcD no ambiente de trabalho (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; CARVALHO-FREITAS, 2015).

Na verdade, outros estudos indicam um distanciamento entre as exigências de formação do mercado de trabalho e o baixo nível de escolaridade das PcD (FRANÇA, 2008). Segundo Angonese (2015), baixa escolaridade é o fator de maior dificuldade tanto para a entrada quanto para a permanência das PcD no mercado de trabalho. Tais exigências reforçam o sentimento de preconceito e discriminação das PcD, uma vez que passa a ser de sua responsabilidade adequar-se às exigências de formação estabelecidas pelas

empresas, assim como o não cumprimento de tais critérios (VIO-LANTE, 2011).

Durante as análises, destaca-se que grande parte das PcD estudaram a maior parte do tempo em escolas “especiais”, devido à não adaptação em escolas regulares. (ANGONESE, 2015).

Nesse contexto, a pesquisa de Toldrá, Marque e Brunello (2010) aponta para a necessidade de flexibilização quanto às exigências do ensino formal, valorizando outros atributos necessários para a realização do trabalho. Já, Monteiro (2011) aponta o estabelecimento de convênios com escolas técnicas e universidade visando a implementação de projetos de treinamento e capacitação às PcD dentro das empresas. Assim, torna-se possível verificar a clara relação entre escolarização, trabalho e inclusão social.

Vê-se que mais recentemente surgiram estudos sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e sua relação com o mercado de trabalho. O BPC é um benefício da Assistência Social mensal de um salário mínimo para pessoas com deficiência e idosos com mais de 65 anos. Antes da promulgação da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, caso o beneficiário ingressasse no mercado de trabalho, o benefício seria suspenso (HAMMES, 2015).

Em virtude do baixo nível de escolaridade das PcD, que reflete em sua baixa remuneração, Neves-Silva, Prais e Silveira (2015) identificaram que, antes da promulgação da referida Lei, os beneficiários do BPC se sentiam desestimulados a ingressar no mercado de trabalho devido aos baixos salários. O mesmo autor ressalta, ainda, que não é apenas a interrupção do recebimento do BPC que desestimula a inserção no trabalho, e sim o ambiente de trabalho hostil, permeado de barreiras e discriminações.

Costa (2016) identifica barreiras sistemáticas de acesso da Pessoa com Deficiência ao BPC devido à inexistência de limites objetivos de elegibilidade e erros de aferição da burocracia pro-

fissional. Fatos que reforçam a importância da promoção de uma verdadeira inclusão social de forma digna e equânime.

Ainda assim, mesmo que os estudos sejam capazes de expressar os principais desafios colocados para as pessoas com deficiência, em relação ao trabalho - dificuldade de garantir uma efetiva inclusão desses indivíduos no trabalho, gerando insatisfação e frustração, baixa escolaridade, constante presença de barreiras atitudinais, arquitetônicas e comunicacionais, desqualificação e preconceitos -, pouco se contribuiu para a construção de estratégias capazes de superá-los.

Realizar uma análise crítica sobre as produções científicas se faz necessário não só para o avanço do conhecimento, mas para a transformação dos processos sociais de inclusão-exclusão. Ao nos defrontarmos com dados tão alarmantes e com um terreno jurídico, de certo modo fértil, embora pouco efetivo, quais serão os caminhos possíveis para garantia da participação das PcD no trabalho?

Nesse sentido, mesmo que o objetivo inicial deste capítulo não tenha sido pensar nessas estratégias, compreendemos que este panorama é capaz de dimensionar o cenário das publicações científicas no Brasil, mapear as principais tendências, abordagens, áreas de conhecimento, periódicos e instituições que podem ser identificados como uma rede de produção de conhecimento acerca desta temática, mas que ainda precisa de tessituras.

Nossa aposta é que ao desvelar esse cenário, um universo de possibilidades, de parcerias institucionais e estudos colaborativos possam se desdobrar em um dos pilares fundamentais para a construção de uma ponte para o mundo.

## Referências bibliográficas

ANGONESE, L. S.; BOUERI, I. Z.; SCHMIDT, A. O adulto com deficiência intelectual: concepção de deficiência e trajetória de carreira T.T. **Revista brasileira de orientação profissional**, v. 16, n. 1, p. 23–34, 2015.

ARAÚJO, E. A. C.; GOYOS, C.; ESCOBAL, G. Programa de suporte comunitário: alternativa para o trabalho do adulto deficiente mental T. **Revista brasileira de educação especial**, v. 12, n. 2, p. 221–240, 2006.

ASSUNÇÃO, R. V.; OLIVEIRA, M. S. de; CARVALHO-FREITAS, M. N. de. Satisfação no trabalho e oportunidades de desenvolvimento da carreira entre profissionais com deficiência. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 15, n. 4, p. 340–351, 2015.

ÁVILA-VITOR, M. R.D C.; CARVALHO-FREITAS, M. N. Avaliação da estabilidade temporal do inventário de concepções de deficiência em situações de trabalho. **Interação em psicologia**, v. 15, n. 2, p. 179–182, 2011.

ÁVILA-VITOR, M. R. C.; CARVALHO-FREITAS, M. N. Valores organizacionais e concepções de deficiência: a percepção de pessoas incluídas. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 32, n. 4, p. 792–807, 2012.

BRASIL. Lei n. 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:

< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)>. Acesso em: 02 jan. 2017.

CARVALHO-FREITAS, M. N. Validação do Inventário de Concepções de Deficiência em Situações de Trabalho (ICD-ST). **Psico USF**, v. 17, n. 1, p. 33–42, 2012.

CARVALHO-FREITAS, M. N.; SUZANO, J. C. C.; NEPOMUCENO, M. F. N. Acompanhamento do primeiro ano de trabalho de pessoas com deficiência em uma instituição pública. **Gerais**, v. 4, n. 2, p. 310–317, 2011.

COSTA, M. C. DE A. et al. Inclusão social pelo trabalho: a qualificação profissional para pessoas com deficiência intelectual. **Gerais**, v. 4, n. 2, p. 200–214, 2011.

COSTA, N. R. et al. Proteção social e pessoa com deficiência no Brasil TT - Social protection and people with disabilities in Brazil. **Ciência & saúde coletiva**, v. 21, n. 10, p. 3037–3047, 2016.

FRANÇA, I. S. X.; BAPTISTA, R. S.; PAGLIUCA, L. M. F. Policies for the inclusion of disabled people: limits and possibilities: [review]. **Acta paulista de enfermagem**, v. 21, n. 1, p. 112–116, 2008.

FRANCA, I. S. X.; PAGLIUCA, L. M. F. [Social inclusion of disabled people: achievements, challenges and implications for the nursing area]. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 43, n. 1, p. 178–185, mar. 2009.

GARCÍA, V. G. Panorama da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil. **Trabalho, educação e saúde**, v. 12, n. 1, p. 165–187, 2014.

GARCIA, V. G.; MAIA, A. G. Características da participação das pessoas com deficiência e/ou limitação funcional no mercado de trabalho brasileiro. **Revista brasileira de estudos populacionais**, v. 31, n. 2, p. 395–418, 2014.

HAMMES, I. C.; NUERNBERG, A. H. A inclusão de pessoas com deficiência no contexto do trabalho em Florianópolis: relato de experiência no Sistema Nacional de Emprego. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 35, n. 3, p. 768–780, 2015.

LEAL, D. R.; MATTOS, G. D.; FONTANA, R. T. Trabalhador com deficiência física: fragilidades e agravos autorreferidos. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 66, n. 1, p. 59–66, 2013.

LINO, M. V.; CUNHA, A. C. B. Uma questão de cotas?: como pessoas com deficiência percebem sua inserção no mercado de trabalho com base em políticas públicas de inclusão. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 3, n. 1, p. 65–74, 2008.

MONTEIRO, L. G. et al. Responsabilidade social empresarial: inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. **Revista brasileira de educação especial**, v. 17, n. 3, p. 459–480, 2011.

NEVES-SILVA, P.; PRAIS, F. G.; SILVEIRA, A. M. Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte, Brasil. **Ciência & saúde coletiva**, v. 20, n. 8, p. 2549–2558, 2015.

SILVA, A. I. P. As repercussões psicossociais do recebimento do benefício de prestação continuada na vida no trabalho de pessoas com deficiência física. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 6, n. 1, p. 117–117, 2012.

SIMAS, A. L. B.; SOUTO, J. F.; CARVALHO-FREITAS, M. N. Inclusão de pessoas com deficiência no trabalho: percepção dos universitários. **Psicologia: teoria e prática**, v. 16, n. 3, p. 30–42, 2014.

TETTE, R. P. G.; CARVALHO-FREITAS, M. N. DE; OLIVEIRA, M. S. Relações entre significado do trabalho e percepção de suporte para pessoas com deficiência em organizações brasileiras. **Estudos de psicologia** (Natal), v. 19, n. 3, p. 217–226, 2014.

TOLDRÁ, R. C.; MARQUE, C. B. D.; BRUNELLO, M. I. B. Desafios para a inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual: experiências em construção. **Revista de Terapia Ocupacional**, v. 21, n. 2, p. 158–165, 2010.

VIOLANTE, R. R.; LEITE, L. P. A empregabilidade das pessoas com deficiência: uma análise da inclusão social no mercado de trabalho do município de Bauru, SP. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 14, n. 1, p. 73–91, 2011.

YOSHIDA, M. A. G. B. Pessoas com deficiência: legislação, acessibilidade e trabalho TT. **Boletim Epidemiológico Paulista**, v. 5, n. 57, p. 13–22, 2008.

ZANITELLI, L. M. A lei de cotas para pessoas portadoras de deficiência nas empresas brasileiras: impacto e possíveis alternativas TT. **Ciência & saúde coletiva**, v. 18, n. 7, p. 2085–2094, 2013.

### Referências complementares

ALMADA, J. F.; RENNER, J. S. Public transport accessibility for wheelchair users: a perspective from macro-ergonomic design. **Work (Reading, Mass.)**, v. 50, n. 4, p. 531–541, 2015.

AOKI, M. et al. Grupo de Convivência Família Mosaico: participação de pessoas com deficiência na comunidade. **Mundo saúde**, v. 38, n. 2, p. 149–158, 2014.

AOKI, M.; OLIVER, F. C. Disabled people from the outskirts of São Paulo: a study of their needs. **Cadernos de terapia ocupacional UFSCar**, v. 21, n. 2, p. 391–398, 2013.

AOKI, M.; OLIVER, F. C.; NICOLAU, S. M. Considerações acerca das condições de vida das pessoas com deficiência a partir de um levantamento em uma unidade básica de saúde de um bairro

periférico do município de São Paulo. **Mundo saúde**, v. 35, n. 2, p. 169–178, 2011.

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução, história e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11–32, 2006

ARAÚJO e SILVA, R. et al. Políticas públicas para inclusão social na deficiência - Revisão sistemática. **Avances en enfermería**, v. 30, n. 2, p. 13–24, 2012.

BAHIA, M. S.; SCHOMMER, P. C. Inserção Profissional de Pessoas com Deficiência em uma Experiência no Brasil e outra em Portugal: Desafios Comuns, Caminhos Diferentes. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 6, n. 1, p. 62–77, 2011.

BITENCOURT, R. S.; GUIMARAES, L. B. M. Inclusion of people with disabilities in the production system of a footwear industry. **Work** (Reading, Mass.), v. 41, Suppl 1, p. 4767–4774, 2012.

BRITE, R.; NUNES, F.; SOUZA, D. Labor inclusion of individuals with disabilities: Managers' conceptions as a contributing factor. **Work** (Reading, Mass.), v. 50, n. 4, p. 553–561, 2015.

CARVALHO-FREITAS, M. N. et al. Willingness to work with people with disabilities in future Brazilian professionals. **Work** (Reading, Mass.), v. 50, n. 4, p. 543–552, 2015.

CARVALHO-FREITAS, M. N.; MARQUES, A. L. Pessoas com deficiência e trabalho: percepção de gerentes e pós-graduandos em Administração. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 29, n. 2, p. 244–257, 2009.

CARVALHO-FREITAS, M. N.; TETTE, R. P. G. Pressões no trabalho e receptividade de pessoas com deficiência. **Psico** (Porto Alegre), v. 43, n. 4, p. 442–451, 2012.

COELHO, C. M. et al. Work reality perceived by individuals with

impairments: a biopsychosocial experience. **Work** (Reading, Mass.), v. 45, n. 4, p. 537–551, 2013.

COELHO, C. M.; SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Trabalhadores com deficiência: vivências de prazer e sofrimento. **Psicologia & sociedade**, v. 26, n. 1, p. 214–223, 2014.

COLOM TOLDRÁ, R. Políticas afirmativas: opinião das pessoas com deficiência acerca da legislação de reserva de vagas no mercado de trabalho. **Revista de Terapia Educacional**, v. 20, n. 2, p. 110–117, 2009.

DELGADO, M. DA C. S.; GOULART, Í. B. Práticas de Desenvolvimento de Pessoas com Deficiência em Uma Instituição do Setor Educacional. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 6, n. 1, p. 39–52, 2011.

FARIA, M. D.; CARVALHO, J. L. F. Pessoas com Deficiências como Clientes Internos e Externos: Investigando a Inclusão como Potencial Atrativo para Jovens Talentos. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 6, n. 1, p. 102–115, 2011.

FRAGA, M. N. de O.; SOUSA, A. F. Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil: o desafio da inclusão social. **Revista eletrônica de enfermagem**, v. 11, n. 2, p. 421–423, 2009.

FRANCA, I. S. X.; PAGLIUCA, L. M. F. Utilitarianism, poverty and development of disabled people. **Revista latino-americana de enfermagem**, v. 15, N. Especial, p. 857–863, 2007.

FRANCELIN, M. A. S.; MOTTI, T. F. G.; MORITA, I. As implicações sociais da deficiência auditiva adquirida em adultos. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 180–192, 2010.

GUIMARAES, B. M.; MARTINS, L. B.; BARKOKÉBAS JUNIOR, B. Issues concerning scientific production of including people

with disabilities at work. **Work** (Reading, Mass.), v. 41 Supl 1, p. 4722–4728, 2012.

GUIMARÃES, B.; MARTINS, L. B.; BARKOKÉBAS JUNIOR, B. Workplace accommodation to people with disabilities: a case study in civil construction **Fisioterapia e movimento**, v. 28, n. 4, p. 779–791, 2015.

KRUGER, S.; BERBERIAN, A. P. Augmentative and Alternative Communication System (AAC) for Social Inclusion of People With Complex Communication Needs in the Industry. **Assistive technology**, v. 27, n. 2, p. 101–111, 2015.

LARA, G. B.; ÁVILA, M. R. C.; CARVALHO-FREITAS, M. N. A questão cognitiva e afetiva na inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. **Psicologia e pesquisa**, v. 2, n. 1, p. 46–59, 2008.

LEÃO, M. A. B. G.; SILVA, L. S. Vivências de trabalhadores com deficiência: uma análise à luz da Psicodinâmica do Trabalho. **Revista brasileira de saúde ocupacional**, v. 37, n. 125, p. 159–169, 2012.

LIMA, L. B.; JURDI, A. P. S. Empregabilidade de pessoas com deficiência no município de Santos/SP: mapeamento de políticas públicas e práticas institucionais. **Revista brasileira de educação especial**, v. 20, n. 4, p. 513–524, 2014.

MARTINS, L. B.; CABRAL, A. K. P. S. Ergonomics and the inclusion of disabled people in the Brazilian job market. **Work** (Reading, Mass.), v. 41 Supl 1, p. 5493–5499, 2012.

MATTEVI, B. S. et al. Quality of care, quality of life, and attitudes toward disabilities: perspectives from a qualitative focus group study in Porto Alegre, Brazil. **Revista panamericana de salud publica**, v. 31, n. 3, p. 188–196, mar. 2012.

MESSIAS, A. A. et al. Return to work after renal transplantation: a study of the Brazilian Public Social Security System. **Transplantation**, v. 98, n. 11, p. 1199–1204, dez. 2014.

NERES, C. C.; CORRÊA, N. M. O trabalho como categoria de análise na educação do deficiente visual: [revisão]. **Cadernos CEDES**, v. 28, n. 75, p. 149–170, 2008.

PAIVA, J. C. M.; BENDASSOLLI, P. F.; TORRES, C. C. Sentidos e significados do trabalho: dos impedimentos às possibilidades do trabalho de pessoas com deficiências. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 15, n. 1, p. 218–239, 2015.

PAULA NUNES SOBRINHO, F.; LUCENA, U. F. Ergonomics and the inclusion of people with disabilities in a Brazilian workplace. **Work** (Reading, Mass.), v. 41 Suppl 1, p. 4709–4715, 2012.

RIBEIRO, M. A.; RIBEIRO, F. O desenvolvimento da carreira de pessoas com deficiência em empresas: dificuldades e perspectivas. **Gerais**, v. 5, n. 1, p. 127–145, 2012.

SANTOS, T. M.; FARIA, C. A.; VIEIRA, L. C. Deficiência auditiva e mercado de trabalho: uma visão de empregadores da cidade de Uberlândia-MG. **Psicologia: teoria e prática**, v. 15, n. 2, p. 92–103, 2013.

SIMONELLI, A. P. et al. Projeto ATO ? Ação, Trabalho e Oportunidade: inclusão de pessoas com deficiência no trabalho ? relato de experiência. **Cadernos de Terapia Ocupacional UFSCar**, v. 21, n. 1, 2013.

SIMONELLI, A. P.; CAMAROTTO, J. A. Analysis of industrial tasks as a tool for the inclusion of people with disabilities in the work market. **Occupational therapy international**, v. 15, n. 3, p. 150–164, 2008.

SUZANO, J. C. C. et al. A percepção dos gestores acerca do desempenho de trabalhadores com diferentes tipos de deficiência. **Interação psicológica**, v. 18, n. 3, p. 239–250, 2014.

TOLDRÁ, R. C.; SANTOS, M. C. People with disabilities in the labor market: facilitators and barriers. **Work** (Reading, Mass.), v. 45, n. 4, p. 553–563, 2013.

TORRES, T. L. et al. Social representations and normative beliefs of aging. **Ciência & saúde coletiva**, v. 20, n. 12, p. 3621–3630, dez. 2015.



## CAPÍTULO X

# COMO SE FOSSE UM EPÍLOGO

### Os organizadores

Ao mundo deveria ser dada a chance de construir mais pontes.

Pessoas são cada vez mais ilhas.

Pontes são cada vez mais escassas.

As redes sociais ainda não possuem a matéria arquitetônica para se tornarem a epidemia de pontes necessária.

Para tirar cada ilha humana de seu isolamento, dizem:

*Muita água ainda correrá debaixo da ponte.*

Dizemos: Muitas pontes ainda florescerão por cima das águas.

A inclusão e acessibilidade das Pessoas com Deficiência no trabalho, na vida comum, nas águas turbulentas de um mundo desigual, é matéria estrutural imprescindível para essa arquitetura singular.

Pontes são mais do que caminhos que unem elementos solitários.

Pontes são artefatos humanos que inauguram vínculos solidários.

Uma ponte ao mundo é o caminho por onde queremos caminhar.







Em apoio à sustentabilidade, à preservação ambiental, Pronto Editora Gráfica/ Kelps, declara que este livro foi impresso com papel produzido de floresta cultivada em áreas degradadas e que é inteiramente reciclável.

---

Este livro foi impresso na oficina da PRONTO EDITORA GRÁFICA/ KELPS, no papel: Off Set 75/m<sup>2</sup>, composto nas fontes Minion Pro - corpo 12; Abril, 2018

A revisão final desta obra é de responsabilidade dos autores